



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015397-02.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **Paulo Luporini Pastore**
 Requerido: **C P F L Companhia Paulista de Força e Luz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido imóvel de sua propriedade em 2000, tendo a ré posteriormente lhe dirigido cobranças pelo consumo de energia elétrica lá havido depois disso.

Alegou ainda que em julho p.p. compareceu ao escritório da ré para solucionar a pendência porque o imóvel já não mais lhe pertencia, mas continuou recebendo cobranças da mesma.

Salientou que se dirigiu novamente até ela exibindo a escritura de alienação do imóvel, a qual foi desconsiderada por falta de reconhecimento de firma.

Afirmou que esse tratamento foi afrontoso, almejando à solução da questão.

Pelo que se extrai dos autos, o imóvel em apreço foi efetivamente vendido pelo autor por contrato celebrado em 18 de julho de 2000 (fls. 04/14).

De outra parte, não há indicação de que essa transação tenha sido comunicada à ré, esclarecendo o autor que isso teria sucedido apenas em julho p.p., na esteira do relato de fl. 03.

Inocorreu ao que consta, portanto, o pedido para transferência da titularidade da unidade consumidora relativa ao imóvel.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, é certo que a obrigação trazida à colação não é de natureza propter rem, tocando exclusivamente ao usuário do serviço consoante preconiza a pacífica jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“O fornecimento de energia elétrica não tem relação direta com o bem, mas com o usuário, sendo daquele que efetivamente usufruiu do serviço a responsabilidade pelo pagamento da tarifa referente ao serviço prestado. Com esse mesmo entendimento: julgamento pela 30ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça da apelação cível com revisão, registrada sob o nº 992.08.073.289-4, voto de relatoria do Des. Orlando Pistoressi” (Apelação nº 0001825- 37.2009.8.26.0301, 33ª Câmara de Direito Privado Rel. Des. **SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA**, j. 04/06/2012).*

*“Prestação de serviços - Energia - Não constitui obrigação propter rem a de pagar tarifa de serviços à concessionária de energia elétrica, tanto quanto a de água e esgoto. Daí que a responsabilidade por eventual débito, porque decorrente de período anterior à aquisição do imóvel, não é da atual proprietária - Tratando-se de dívida, real ou suposta, relativa a período pretérito e definido, não atual, não se admite o corte do serviço essencial de energia elétrica” (Apelação nº 992051378522 (912919000), 28ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SILVIA ROCHA GOUVÊA**, j. 22/09/2009).*

*“Cobrança - Prestação de serviços de água e esgoto. Débito que não tem caráter propter rem, tratando-se de obrigação pessoal. Ausência de solidariedade entre o locador e o locatário. Ação julgada procedente. Decisão mantida. Recurso não provido.” (Apelação nº 9175333-6.2007.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **PAULO PASTORE FILHO**, j. 31.01.2 012).*

Dessa forma, conclui-se que desde julho de 2000 os débitos pelo consumo de energia elétrica no imóvel aludido não podem ser atribuídos ao autor, incumbindo à ré as providências necessárias para que ele seja excluído dessa condição.

A ausência de comunicação da venda do imóvel não assume relevância quanto ao assunto porque não afeta a certeza de que a transferência sucedeu, sendo esse o fato que retira do autor o status de devedor no particular.

Não obstante, diante dessa falta a ré não poderá responder por eventuais transtornos causados ao autor.

Concretamente consta que ele teria noticiado a alienação à ré apenas em julho p.p., transparecendo que se a situação não foi alterada desde então houve falha desta insuficiente para render ensejo a qualquer penalização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para:

a) determinar à ré que proceda à imediata exclusão do autor como titular da unidade consumidora tratada nos autos, situada na Rua Caetano Scalise, 194, Jd. Maracanã, nesta cidade;

b) declarar inexigíveis ao autor os débitos porventura existentes em face desse imóvel pelo consumo de energia elétrica a partir de julho de 2000;

c) determinar à ré que se abstenha de promover a cobrança do autor por esses débitos;

d) tornar definitiva a decisão de fl. 16, acrescendo que a ré deverá no prazo de cinco dias excluir eventual negativação do autor perante órgãos de proteção ao crédito em decorrência desses débitos.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento das obrigações fixadas sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00 (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA